

Planejamento acha a meta difícil

BRASÍLIA (O GLOBO) — Dificilmente o Governo conseguirá obter, até dezembro deste ano, um excesso de arrecadação de Cr\$ 1,9 trilhão, como prevê o projeto-de-lei enviado ontem ao Congresso, pelo Presidente em exercício, Aureliano Chaves.

Fontes do Ministério da Fazenda informaram que, o excesso de arrecadação, até o final do mês de julho, alcançou menos de Cr\$ 1 trilhão, ou seja, menos da metade do que o Governo espera obter como arrecadação excedente durante todo o ano.

De um total de quase Cr\$ 1 trilhão obtido até agora, cerca de Cr\$ 447 bilhões já foram transferidos do orçamento fiscal para o orçamento monetário. Restam mais ou me-

nos, Cr\$ 610 bilhões (o número definitivo será fechado na próxima semana), que foram acumulados como superávit de caixa do Tesouro Nacional, até o final de julho. Esses recursos serão, agora, transferidos para as contas do Banco Central e do Banco do Brasil, com a autorização do Congresso Nacional.

Após essa transferência, o problema será gerar excessos de arrecadação que totalizem outros Cr\$ 1,9 trilhão durante os meses que ainda faltam até o fim do ano. Caso consiga essa arrecadação adicional, o Governo cumprirá a meta firmada junto ao fundo Monetário Internacional (FMI), de transferir, em 83, Cr\$ 2,4 trilhões de um orçamento para o outro.

A dificuldade de cumprir essa meta, no entanto, deixa o Governo diante de duas alternativas bastante complicadas. A primeira seria reduzir ainda mais os gastos públicos previstos no orçamento da União. A idéia de novos cortes neste orçamento, além dos 12 por cento já efetuados em dezembro do ano passado é, até agora, rejeitada pelo Secretário-Geral da Seplan, José Flávio Pécora, que acompanha diretamente o assunto.

A outra alternativa, pior para o contribuinte, é o aumento da carga tributária, de forma a possibilitar o crescimento do excesso de arrecadação daqui para o final do ano. Pelo menos até agora, no entanto, assessores do Ministro Ernane Galvêas negam essa possibilidade.